



Câmara Municipal de Ourém

UNIDOS POR OURÉM

EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM/PA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025.0704.001 CPL/CMO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025 CMO-D

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para locação de licença de uso de sistema informatizado integrado, abrangendo os módulos de folha de pagamento e portal da transparência, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Ourém/PA

SOLICITANTE: Câmara Municipal de Ourém/PA – Secretaria Legislativa

EMENTA: Contratação de pessoa jurídica para locação de licença de uso de sistema informatizado integrado, abrangendo os módulos de folha de pagamento e portal da transparência, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. **Análise jurídica da dispensa de licitação. Aplicação da Lei nº 14.133/2021. Atendimento aos princípios da Administração Pública.**

I – INTRODUÇÃO

Este parecer visa analisar a legalidade e a viabilidade jurídica da Contratação de pessoa jurídica para locação de licença de uso de sistema informatizado integrado, abrangendo os módulos de folha de pagamento e portal da transparência para atender as necessidades da Câmara Municipal de Ourém/PA.

II- DA INICIATIVA.

A Presidência da Câmara Municipal de Ourém/PA submeteu à análise



Câmara Municipal de Ourém

UNIDOS POR OURÉM

jurídica a viabilidade de Contratação direta de Empresa para locação de licença de uso de sistema informatizado integrado, abrangendo os módulos de folha de pagamento e portal da transparência da Câmara Municipal de Ourém/PA. O pedido envolve a dispensa de licitação, com base na Lei nº 14.133/2021, que rege as normas de licitações e contratos administrativos.

A documentação apresentada inclui o orçamento, justificativa da necessidade de contratação, e pesquisa de mercado.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

III.1 - Da competência para contratação.

Nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a Administração Pública deve observar, em regra, o procedimento licitatório. No entanto, o mesmo dispositivo e a Lei nº 14.133/2021 preveem exceções, entre as quais a contratação direta em situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A referida dispensa está fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/2021 no qual dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência

Conforme o Decreto nº 12.343/2024, os limites para dispensa de licitação foram atualizados, sendo de R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para as compras e serviços nos municípios. Caso o valor da contratação se enquadre nesse limite, é possível realizar a contratação direta.

Assim, conforme elucidado nos autos do processo administrativo, tal contratação se enquadrou no valor limite estabelecido por lei.



Câmara Municipal de Ourém

UNIDOS POR OURÉM

IV – DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Conforme detalhado nos documentos apresentados, há previsão orçamentária específica para a contratação direta, sob a Dotação Orçamentária 01.031.0001.2.001, garantindo a adequação às normas de responsabilidade fiscal.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se juridicamente viável a contratação direta na modalidade Dispensa de licitação (artigo 75, II da Lei 14.133/2021) de Empresa para a locação de licença de uso de sistema informatizado integrado, abrangendo os módulos de folha de pagamento e portal da transparência da Câmara Municipal de Ourém/PA, tendo cumprido as exigências legais previstas no enquadramento do limite previsto pelo art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, havendo a justificativa adequada para a necessidade do serviço e comprovação de compatibilidade de preços mediante pesquisa de mercado.

Ademais é necessário que seja dada ampla publicidade ao ato de contratação, por meio de publicação no Portal da Transparência e em outros meios oficiais.

Salienta-se que, o parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

Ourém/PA, 08 de abril de 2025.

RICARDO SINIMBÚ DE LIMA MONTEIRO

OAB/PA 14.745

ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM/PA